S3 caceis INVESTOR SERVICES

S3 Caceis Brasil DTVM S.A.

CNPJ nº 62.318.407/0001-19

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da S3 Caceis Brasil DTVM S.A. (S3 Caceis) relativas ao período findo em 30 de junho de 2026, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Mercado de Atuação
A S3 Caceis atua na prestação de serviços de administração de fundos de investimento, na custódia de títulos e valores mobiliários, na distribuição de fundos de investimento, na administração de carteiras de cliente, na representação de clientes não residentes e outros serviços correlatos.

Patrimônio Líquido e Resultado
Em 30 de junho de 2026, o lucro líquido apresentado no acumulado do semestre foi de R$111 milhões, correspondente a R$63.526,44 por lote de mil ações e rentabilidade de 10,71% sobre o patrimônio líquido e retorno de 4,32% sobre os ativos totais. O patrimônio líquido atingiu o montante de R$1.032 milhões.

Ativos e Passivos
Em 30 de junho de 2026, os ativos totais atingiram R$2.556 milhões, destacando-se R$2.114 milhões por Aplicações em operações compromissadas. O passivo total atingiu R$1.524 milhões e está representado substancialmente por Obrigações Sociais e Estatutárias no montante de R$ 539 milhões Outros Passivos Financeiros no montante de R$844 milhões e Passivos Fiscais no montante de R$68 milhões.

Risco operacional
O departamento de Riscos e Controles Internos, dentre outras funções, é o responsável pelo desenvolvimento, manutenção e divulgação de um processo de gerenciamento de riscos contínuo e integrado. Este processo prevê controles, procedimentos, ferramentas, treinamentos e políticas com o objetivo de identificar e acompanhar os riscos associados ao Conglomerado, além de disseminar a cultura de risco na S3 Caceis.
É responsabilidade do departamento de Riscos e Controles Internos monitorar e desafiar os departamentos de negócios (1ª Linha de Defesa) da S3 Caceis para que façam uso das ferramentas disponíveis de gerenciamento de risco, em conformidade com os requisitos das políticas da empresa. Isso visa garantir a captura e avaliação adequada de riscos, bem como o completo e preciso reporte dos eventos de risco operacional, a revisão tempestiva e anual do relatório de Autoavaliação de Riscos & Controles (Risk & Control Self Assessment - RCSA) e também o estabelecimento e revisão dos indicadores chave (Key Risk Indicators - KRIs) e dos indicadores de apetite de riscos (Risk Appetite Statement - RAS) da instituição.
O departamento de Riscos e Controles Internos periodicamente participa, sob a organização do time de Compliance, dos treinamentos anuais obrigatórios para os funcionários da S3 Caceis. Estes treinamentos têm como objetivo apresentar os principais itens das políticas de gerenciamento de riscos da companhia, bem como orientações importantes para o desempenho das atividades na instituição. Além disso, são disponibilizados treinamentos periódicos que devem ser renovados anualmente, como parte do processo de manutenção dos controles, conformidade e boas práticas corporativas. O time de Riscos e Controles Internos também realiza workshops para que os funcionários tenham a capacitação adequada sobre o Gerenciamento do Risco Operacional, garantindo a consistência e as melhores práticas sobre o tema em toda a empresa.

Gerenciamento de risco de mercado, liquidez e crédito
A estrutura de gerenciamento de riscos de mercado, liquidez e crédito é adequada à exposição da instituição a tais riscos, considerando-se a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços da S3 Caceis no Brasil. A gestão é efetuada de forma centralizada, por área que mantém independência com relação à mesa de operações. São mantidas políticas e procedimentos internos relacionados ao gerenciamento de tais riscos, incluindo o monitoramento, processos de documentação e escalação que garantem que a administração esteja ciente dos riscos e possa determinar um plano de ação eficaz, caso a exposição alcance níveis superiores às metas de risco estabelecidas.
A S3 Caceis Brasil DTVM S.A. (S3 Caceis) atua em mercado específico, pois tem por atividades principais a administração, custódia e controladoria de fundos de investimento e o risco de mercado é considerado baixo, pois a instituição não mantém posições proprietárias relevantes nem assume exposição direta às variações de preços de ativos financeiros. Sua atuação concentra-se na prestação de serviços fiduciários e operacionais, sendo a exposição a risco de mercado predominantemente indireta e decorrente de eventuais impactos sobre receitas, volumes administrados e comportamento dos clientes, e não da oscilação de instrumentos financeiros em sua carteira própria.
O risco de crédito e liquidez também é baixo, considerando o histórico das alocações do capital próprio serem em títulos públicos do governo brasileiro e em instituições financeiras sólidas e com bons ratings (CDIs), seguindo o apetite de risco da instituição.
Não verificou-se, durante o primeiro semestre de 2026, nenhuma perda resultante de flutuação de valores de mercado de posições detidas pela instituição. Adicionalmente, a exposição ao risco de liquidez foi verificada diariamente, sem ocorrências diversas e a instituição possui baixa exposição ao risco de crédito, seja em suas atividades fim, ou na administração, não atuando em atividades de crédito e garantia a terceiros de seu patrimônio/caixa.
Durante primeiro semestre de 2026, a S3 Caceis manteve a diversificação de seus produtos e atividades desenhada inicialmente, e monitora as diversas tendências de mercado. Na ocorrência de alterações mercadológicas e decisões estratégicas que nos leve ao aumento das atividades de negócios, a instituição avaliará as necessidades para atender às exigências referentes à estrutura de gerenciamento do risco de mercado, liquidez e crédito descritas na Resolução BCB 265/22.

Gerenciamento de risco de capital
Em cumprimento à regulamentação do Banco Central do Brasil, mais especificamente a Resolução nº 265/22, aos conceitos do Comitê de Basileia e às suas Políticas Corporativas, a S3 Caceis estabeleceu uma Estrutura de Gerenciamento de Risco de Capital sendo essa compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos da instituição; proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos; adequada ao perfil de riscos e à importância sistêmica da instituição; capaz de avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a instituição atua.
O gerenciamento de capital é realizado sob a coordenação do Diretor Financeiro, responsável pelo gerenciamento de capital perante o Banco Central do Brasil, sendo membro da Diretoria Estatutária do Grupo, estando apto a identificar fatores que possam impactar os níveis de capital, tomando as providências de escalação interna necessárias à manutenção dos níveis de capital requeridos à continuidade dos negócios do Grupo de acordo com os padrões internos e os padrões estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.
Fazem parte da estrutura de gerenciamento de capital, conjuntamente ao Diretor Financeiro, os demais membros da Diretoria Estatutária e diversas áreas da Instituição, como Finanças, Jurídico, Auditoria Interna e Riscos e Controles Internos, que de forma integrada são responsáveis pela elaboração do plano de capital, partindo-se das projeções de receitas e despesas baseadas em indicadores e metas de crescimento do negócio e manutenção de um sistema de gerenciamento e monitoramento de risco contínuo.
A Diretoria é responsável por analisar relatórios gerenciais sobre a adequação do capital, aprovar e revisar, no mínimo anualmente, as políticas e as estratégias, bem como o plano de capital e o plano de contingência de capital. A Diretoria deve assegurar a correção tempestiva das deficiências da estrutura, os recursos adequados e suficientes para o exercício das atividades de gerenciamento de capital de forma independente, objetiva e efetiva, e que a instituição mantenha níveis adequados e suficientes de capital, fazendo constar no relatório de acesso público sobre a estrutura de gerenciamento de capital sua responsabilidade pelas informações divulgadas. Adicionalmente, a Diretoria aprova a indicação do diretor responsável, a definição da estrutura organizacional, a Política institucional, os processos, procedimentos e sistemas necessários à efetiva implantação do gerenciamento de capital. Assegura que o gerenciamento de capital esteja em conformidade com níveis de apetite de risco definidos na RAS (Risk Appetite Statement), revisa e aprova políticas e procedimentos de teste de estresse, aprovando o plano de capital e revisando a robustez do processo de avaliação da adequação de capital.
Por intermédio dessa estrutura, fica garantido o monitoramento e o controle efetivo do capital para fazer face aos riscos que a Instituição está sujeita.
O Relatório da Estrutura de Gerenciamento de Capital encontra-se disponível para consulta no site https://www.s3dtvm.com.br/v2/fundos/documentos-regulatorios.cfm

Auditoria Independente
A política de atuação da S3 Caceis na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Conselho de Administração.
A S3 Caceis informa que no período findo em 30 de junho de 2026, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria das demonstrações financeiras.
Ademais, a S3 Caceis confirma que a PricewaterhouseCoopers informa à Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

São Paulo, 27 de agosto de 2026.
O Conselho de Administração
A Diretoria Executiva

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Ativo Circulante e Não Circulante		**2.556.126**	**1.930.579**
Disponibilidades	**4**	**856**	**106.928**
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		**2.114.198**	**1.383.380**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	2.114.198	932.999
Títulos e Valores Mobiliários	6	-	450.381
Outros Ativos	8	**73.735**	**62.125**
Ativos Fiscais	**7.a**	**29.265**	**27.272**
Correntes		11.225	10.750
Diferidos		18.040	16.522
Imobilizado de Uso	**9**	**130**	**189**
Outras Imobilizações de Uso		1.664	1.664
(Depreciações Acumuladas)		(1.534)	(1.475)
Intangível	**10**	**337.942**	**350.685**
Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura		323.055	323.055
Outros Ativos Intangíveis		741.521	726.297
(Amortizações Acumuladas)		(726.634)	(698.667)
Total do Ativo		**2.556.126**	**1.930.579**

	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Passivo Circulante e Não circulante		**1.523.946**	**1.009.503**
Outros Passivos Financeiros	**11**	**844.085**	**298.347**
Outros Passivos	**12**	**611.704**	**607.960**
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	12 & 13.b	7.991	8.760
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos Ações Trabalhistas e Cíveis	12 & 13.b	16.105	15.214
Obrigações Sociais e Estatutárias	12	539.325	540.131
Outras Provisões		40.549	36.601
Diversas		7.734	7.254
Passivos Fiscais	**7.b**	**68.157**	**103.196**
Corrente		67.061	102.366
Diferidos		1.096	830
Patrimônio Líquido	**14**	**1.032.180**	**921.076**
Capital Social		840.313	840.313
Reservas de Lucros		191.590	81.055
Ajustes de Avaliação Patrimonial		277	(292)
Total do Patrimônio Líquido		**1.032.180**	**921.076**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**2.556.126**	**1.930.579**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Receitas da Intermediação Financeira		**97.607**	**88.845**
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		97.607	88.845
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**97.607**	**88.845**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		**96.504**	**97.239**
Receitas de Prestação de Serviços	16	247.099	247.644
Despesas de Pessoal	17	(44.229)	(40.721)
Outras Despesas Administrativas	18	(82.800)	(81.078)
Despesas Tributárias	7.d	(21.044)	(20.881)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	19	(2.522)	(7.725)
Resultado Operacional		**194.111**	**186.084**
Resultado não Operacional		121	-
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações no lucro		**194.232**	**186.084**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**7.c**	**(72.978)**	**(76.764)**
Provisão para Imposto de Renda		(46.821)	(47.370)
Provisão para Contribuição Social		(27.814)	(28.344)
Tributos Diferidos		1.657	(1.050)
Participações no Lucro		**(10.719)**	**(10.219)**
Lucro Líquido		**110.535**	**99.101**
Nº de Ações (Mil)	14.a	1.740	1.740
Lucro por Lote de Mil Ações (em R$)		63.526	56.955

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Reservas Estatutárias	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2025		**840.313**	**62.867**	**405.762**	**616**	**-**	**1.309.558**
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	(28)	-	(28)
Lucro Líquido		-	-	-	-	99.101	99.101
Destinações:		-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	14.c	-	4.955	-	-	(4.955)	
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	47.073	-	(47.073)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	47.073	-	(47.073)	-
Saldos em 30 de junho de 2025		**840.313**	**67.822**	**499.908**	**588**	**-**	**1.408.631**
Mutações no semestre		**-**	**4.955**	**94.146**	**(28)**	**-**	**99.073**
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**840.313**	**76.171**	**4.884**	**(292)**	**-**	**921.076**
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	569	-	569
Lucro Líquido		-	-	-	-	110.535	110.535
Destinações:		-	-	-	-	-	
Reserva Legal	14.c	-	5.527	-	-	(5.527)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	52.504	-	(52.504)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	52.504	-	(52.504)	-
Saldos em 30 de junho de 2026		**840.313**	**81.698**	**109.892**	**277**	**-**	**1.032.180**
Mutações no Semestre		**-**	**5.527**	**105.008**	**569**	**-**	**111.104**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Lucro Líquido do Período	**110.535**	**99.101**
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para Lucro Líquido:	**569**	**(28)**
Plano de Benefícios	569	(28)
Plano de Benefícios	975	(47)
Imposto de Renda	(406)	19
Resultado Abrangente do Período	**111.104**	**99.073**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido		**110.535**	**99.101**
Ajustes ao Lucro Líquido		**26.991**	**40.349**
Tributos Diferidos	7	(1.657)	1.050
Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	13.b	785	(104)
Atualizações Monetárias das Provisões para Processos Judiciais e Adm. e Obrigações Legais	13.b	465	376
Depreciações e Amortizações	18	28.025	39.297
Atualização de Depósitos Judiciais	19	(58)	(49)
Atualização de Impostos a Compensar	19	(569)	(221)
Variações em Ativos e Passivos		**952.825**	**327.884**
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		-	(82.266)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários		450.381	(350.147)
Redução (Aumento) em Despesas Antecipadas		(7.757)	(6.044)
Redução (Aumento) em Outros Ativos		(3.227)	(4.675)
Redução (Aumento) em Ativos Fiscais Correntes		268	8.335
Aumento (Redução) em Outros Passivos Financeiros		545.738	761.871
Aumento (Redução) em Outros Passivos		2.496	7.544
Aumento (Redução) em Passivos Fiscais Correntes		68.282	65.859
Imposto Pago		(103.587)	(72.593)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		**1.090.351**	**467.334**
Atividades de Investimento			
Aquisição de Imobilizado de Uso		-	**(41)**
Aplicações no Intangível	10.b	(15.224)	(12.864)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		**(15.224)**	**(12.905)**
Aumento (Redução) Líquido(a) do Caixa e Equivalentes de Caixa		**1.075.127**	**454.429**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	**4 e 5**	**1.039.927**	**792.487**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	**4 e 5**	**2.115.054**	**1.246.916**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
A S3 Caceis Brasil DTVM S.A. (S3 Caceis), controlada pela S3 Caceis Brasil Participações S.A., tem por objeto, dentre outros: (i) subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda; (ii) comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros; (iii) encarregar-se da administração de carteiras e de custódia de títulos e valores mobiliários; e (iv) intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre elas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
a) Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras da S3 Caceis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.
A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, valor justo de ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, realização de ativos fiscais diferidos e provisão para processos judiciais, cíveis, fiscais e trabalhistas.
O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o semestre findo em 30 de junho de 2026, na reunião realizada em 27 de agosto de 2026.
b) Adoção de novas normas
i. Resolução BCB nº 5.185/2024
Adoção pela Resolução CMN nº 5.185/2024 do Comitê de Pronunciamento de Sustentabilidade - CBPS quanto à divulgação, como parte integrante das demonstrações financeiras, do relatório de informações financeiras relacionadas à Sustentabilidade - CBPS 01 (riscos e impactos no negócio sobre a sustentabilidade do negócio) e CBPS 02 (riscos e impactos no negócio relacionados as questões físicas e transição de clima), sendo a obrigatoriedade de divulgação a partir do exercício de 2028, conforme Art 12-A §1º , II. A S3 CACEIS DTVM segue avaliando os riscos e os impactos para atendimento da respectiva norma.
ii. Reforma da Tributação sobre o Consumo
A Reforma Tributária instituída pela Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, altera de forma relevante a sistemática de incidência dos tributos sobre o consumo de bens e serviços, com importantes modificações.
Considerando o prazo de implementação gradual da nova sistemática (entre os anos de 2026 e 2033), os impactos de longo prazo esperados com a simplificação da tributação são o ganho de produtividade na economia e melhoria no ambiente de negócios, pela redução de custos de observância e maior segurança jurídica.
Nesse novo ambiente tributário há efeitos para Administração Tributária em função das mudanças na gestão do crédito tributário que passa a ser mais eficiente, com documentos fiscais eletrônicos (Notas Fiscais) mais sofisticados e recolhimento de tributos automático - no qual a parcela correspondente aos tributos sobre o consumo é direcionada diretamente ao Governo (mecanismo de split payment), reduzindo riscos de inadimplência e falhas de conformidade, ao mesmo tempo em que aumenta a dependência de sistemas de informação robustos e confiáveis.
Adicionalmente, sobre a ótica da gestão das empresas, o novo regime implica em mudanças na lógica financeira das operações, com potenciais efeitos sobre o fluxo de caixa, com necessidade de revisão dos controles de liquidez e na gestão financeira das empresas.
No caso do setor financeiro, por outro lado, determinados serviços financeiros, sujeitos ao regime geral de tributação, podem estar sujeitos a maior pressão tributária na ótica do consumidor final, o que poderá gerar eventuais ajustes na estrutura de precificação ao longo do período de implantação do novo regime.
Os efeitos imediatos identificados até o momento concentram-se, primordialmente, no âmbito operacional, com destaque para os impactos tecnológicos, com a necessidade de ajustes nos sistemas informáticos internos, nos cadastros e nos controles automatizados.
A Administração vem acompanhando esses impactos e promovendo as adequações necessárias em processos, sistemas e governança.
Com base nas avaliações realizadas até o momento e considerando o estágio atual de implementação da Reforma da Tributária sobre o Consumo, a Administração concluiu que não há impactos relevantes nas demonstrações financeiras, nem em seus indicadores de capital, sendo os efeitos imediatos, essencialmente, restritos ao âmbito operacional e de adaptação tecnológica aos novos requisitos legais.
c) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da S3 Caceis.

3. Principais Políticas Contábeis
a) Caixa e Equivalentes de Caixa
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.
b) Instrumentos financeiros
A classificação dos instrumentos financeiros é realizada com base no modelo de negócios da Instituição e nas características contratuais dos fluxos de caixa, conforme previsto na Resolução BCB nº 352/2023.
Os ativos financeiros são classificados em:
Custo Amortizado: quando são mantidos para obtenção de fluxos de caixa contratuais e estes representem exclusivamente pagamentos de principal e juros (SPPI).
Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): ativos mantidos para geração de fluxos de caixa contratuais e para venda.
Valor Justo por Meio do Resultado (VJR): inclui os ativos que não se enquadram nas categorias anteriores.
Os passivos financeiros, por sua vez, são mensurados, ao custo amortizado, exceto quando se enquadram nas situações específicas previstas na norma (como derivativos, contratos híbridos e garantias financeiras), sendo nestes casos mensurados ao valor justo por meio do resultado.
Hierarquia do valor justo
Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia do valor justo nos níveis:
Nível 1: Preço de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem títulos públicos, ações de empresas listadas, posições compradas/vendidas, futuras e cotas de fundos de investimentos com liquidez imediata.
Nível 2: Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. Incluem derivativos de balcão e cotas de fundos de investimentos sem liquidez imediata.
Nível 3: Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração de valor justo não esteja disponível.
c) Rendas a Receber
As rendas a receber são demonstradas pelo seu valor líquido de provisões para perdas, fundamentadas nas análises das operações em aberto, na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos da carteira e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões.
d) Despesas Antecipadas
São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.
e) Imobilizado de Uso
A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais:

	Taxa Anuais
Edificações	**4%**
Instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de seguranças e comunicações	**10%**
Sistemas de processamento de dados e veículos	**20%**
Benfeitorias em imóveis de terceiros*	**10%**

* Taxa de depreciação ou até o vencimento do contrato de locação.
f) Intangível
O ágio na aquisição de direitos de uso de negócio é amortizado em 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de valor.
Os ativos identificados decorrentes da aquisição de negócio, substancialmente, relacionamento com clientes, são amortizados pelos prazos estimados de vida útil (Nota 10).
Os gastos de aquisição de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos (Nota 10).
g) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias
A S3 Caceis é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades.
As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação às saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.
As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 13.d) e para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.
Os Ativos Contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
No caso de trânsitos em julgado favoráveis à S3 Caceis, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.
h) Plano de Benefícios a Funcionários
Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela S3 Caceis de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos
Planos de Contribuição Definida
Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a S3 Caceis como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.
As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.
Planos de Benefício Definido
Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 20. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.
A S3 Caceis aplica o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) que estabelece fundamentalmente, o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).
Principais Definições
- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados;
- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano;
- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados;
- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais;
- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; e
- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.
Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal.
Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.
i) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)
O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias.
j) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.
Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.
O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.
De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 7.a, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.
k) Redução ao Valor Recuperável de Ativos
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.
l) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes
Conforme Resolução BCB nº 2/2020, resultado não recorrente do exercício é aquele que:
I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.
A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa 22.
m) Juros sobre Capital Próprio
Os Juros sobre Capital Próprio são reconhecidos no passivo a partir do momento que sejam declarados ou propostos, conforme Resolução CMN n° 4.872/20.
n) Receitas de Prestação de Serviços
As receitas com prestação de serviços incluem os benefícios econômicos originários das principais atividades de administração fiduciária, custódia de títulos e valores mobiliários e outros serviços de acordo com a competência de cada contrato de prestação de serviço. Para o reconhecimento destas receitas, a S3 Caceis aplica o modelo de 5 passos atendendo o CPC 47, conforme determinado pela Resolução CMN n° 4.924/2021: I) Identificar o(s) contrato(s) com um cliente; II) Identificar as obrigações de desempenho; III) Determinar o preço da transação; IV) Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato; e V) Reconhecer a receita quando, ou à medida que, a entidade satisfazer uma obrigação de desempenho.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2025	31/12/2024
Disponibilidades	856	106.928	5.225	1.450
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.114.198	932.999	1.241.691	791.037
Total	**2.115.054**	**1.039.927**	**1.246.916**	**792.487**

O saldo total se refere a aplicações com o Banco Santander (Brasil), mencionado na nota 15.c
As informações relativas a 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro

...Continuação

S3 caceis INVESTOR SERVICES

S3 Caceis Brasil DTVM S.A.

CNPJ nº 62.318.407/0001-19

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

			30/06/2026
	Diferenças Temporárias		
Ano	**IRPJ**	**CSLL**	**Total**
2026	2.922	1.891	4.813
2027	4.814	3.361	8.175
2028	601	529	1.130
2029	1.025	699	1.724
2030	1.373	825	2.198
2031 a 2035	-	-	-
Total	**10.735**	**7.305**	**18.040**

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

a.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos

O valor presente dos créditos tributários é de R$ 15.681 (em 31 de dezembro de 2025 - R$ 14.482), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

b) Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados, em processos judiciais e administrativos.

	30/06/2026	31/12/2025
Impostos e Contribuições a Pagar	9.171	26.807
Impostos e Contribuições sobre Lucros	57.890	75.559
Provisão para Tributos Diferidos	1.096	830
Total	**68.157**	**103.196**
Circulante	**67.061**	**102.366**
Não-Circulante	**1.096**	**830**

b.1) Natureza e Origem dos Passivos Fiscais Diferidos

	Origens 30/06/2026	Saldo em 31/12/2025	Constituição	Saldo em 30/06/2026
Plano de Benefícios - Efeito no Resultado	2.146	830	34	864
Plano de Benefícios - Efeito no P.L.	579	-	232	232
Total	**2.725**	**830**	**266**	**1.096**

b.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Fiscais Diferidos

			30/06/2026
	Diferenças Temporárias		
Ano	**IRPJ**	**CSLL**	**Total**
2026	34	21	55
2027	68	41	109
2028	68	41	109
2029	68	41	109
2030	68	41	109
2031 a 2035	345	205	550
Após 2036	34	21	55
Total	**685**	**411**	**1.096**

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	**194.232**	**186.084**
Participações no Lucro	(10.719)	(10.219)
Resultado antes dos Impostos	**183.513**	**175.865**
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15%	**(73.405)**	**(70.346)**
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(474)	(6.389)
Demais Ajustes	903	(29)
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(72.977)**	**(76.764)**

d) Despesas Tributárias

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Despesa com PIS	(1.494)	(1.499)
Despesa com Cofins	(9.191)	(9.225)
Despesa com ISS	(10.174)	(9.938)
Outras	(185)	(219)
Total	**(21.044)**	**(20.881)**

8. Outros Ativos

	30/06/2026	31/12/2025
Administração de Fundos de Investimentos	21.789	21.963
Custódia de Títulos e Valores Mobiliários	22.848	21.020
Outras Rendas a Receber	2.644	1.956
(-) Provisões para Perdas [1]	(1.748)	(1.058)
Para Interposição de Recursos Fiscais	1.034	1.084
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	357	497
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	14.183	13.889
Adiantamentos e Antecipações Salariais	1.764	267
Plano de Benefícios a Funcionários	2.739	1.680
Despesas Antecipadas [2]	8.106	348
Outros	19	479
Total	**73.735**	**62.125**
Circulante	**73.735**	**46.891**
Não-Circulante	**-**	**15.234**

[1] Provisões constituídas para perdas de valores incorridas sem característica de concessão de crédito

9. Imobilizado de Uso

	30/06/2026			31/12/2025		
	Custo	**Depreciação**	**Residual**	**Custo**	**Depreciação**	**Residual**
Outras Imobilizações de Uso						
Sistemas de Processamento de Dados	555	(522)	**33**	555	(519)	**36**
Móveis e Equipamentos de Uso	754	(696)	**58**	754	(658)	**96**
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	355	(316)	**39**	355	(298)	**57**
Total	**1.664**	**(1.534)**	**130**	**1.664**	**(1.475)**	**189**

10. Intangível

a) Composição

		30/06/2026			31/12/2025		
	Vida Útil (em anos)	**Custo**	**Amortização**	**Total**	**Custo**	**Amortização**	**Total**
Ágio na Aquisição de Direitos de Uso de Negócio [1]	**10**	**323.055**	**(323.055)**	**-**	**323.055**	**(323.055)**	**-**
Outros Ativos Intangíveis		**741.521**	**(403.579)**	**337.942**	**726.297**	**(375.612)**	**350.685**
Logiciais	Até 5	297.899	(139.295)	158.604	282.675	(118.655)	**164.020**
Relacionamento com Clientes:							
Clientes vinculados a Fundos de Investimentos	22	253.337	(124.749)	128.588	253.337	(118.992)	**134.345**
Clientes vinculados à Rede Comercial do Banco Santander	27	84.758	(34.008)	50.750	84.758	(32.438)	**52.320**
Outros Clientes	10	105.527	(105.527)	-	105.527	(105.527)	**-**
Total		**1.064.576**	**(726.634)**	**337.942**	**1.049.352**	**(698.667)**	**350.685**

[1] Para o período de 30 de junho de 2026 não houve evidências de impairment.

b) Movimentação

	30/06/2026			30/06/2025		
	Custo	**Amortização**	**Total**	**Custo**	**Amortização**	**Total**
Saldo no início do período	**1.049.352**	**(698.667)**	**350.685**	**1.020.008**	**(624.755)**	**395.253**
Adição	15.224		15.224	12.864		12.864
Amortização	-	(27.967)	(27.967)		(39.210)	(39.210)
Saldo no final do período	**1.064.576**	**(726.634)**	**337.942**	**1.032.872**	**(663.965)**	**368.907**

11. Outros Passivos Financeiros

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo disponível de clientes - INR	844.085	298.347
Total	**844.085**	**298.347**
Circulante	**844.085**	**298.347**

12. Outros Passivos

	30/06/2026	31/12/2025
Despesas de Pessoal	20.340	23.709
Despesas Administrativas	15.627	7.888
Outros Pagamentos	4.582	5.004
Sociais e Estatutárias [1]	539.325	540.131
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 13.b)	7.991	8.760
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 13.b)	16.105	15.214
Credores Diversos - País	7.734	7.254
Total	**611.704**	**607.960**
Circulante	**611.704**	**607.960**

[1] Do saldo total temos R$ 535.256 que se refere a Dividendos a Pagar, mencionado na nota 14.b

13. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

a) Ativos Contingentes

Em 30 de junho de 2026, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.h).

b) Movimentações das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 30/06/2026			01/01 a 30/06/2025		
	Fiscais	**Trabalhistas**	**Cíveis**	**Fiscais**	**Trabalhistas**	**Cíveis**
Saldo Inicial	**8.247**	**13.359**	**716**	**8.247**	**13.359**	**716**
Constituição Líquida de Reversão [1]	10	701	74	(65)	(120)	81
Atualização Monetária	66	399	-	43	333	-
Baixas por Pagamentos	(17)	(315)	(59)	(1)	(13)	(18)
Outros [2]	(315)	1.170	60	(91)	742	1
Saldo Final	**7.991**	**15.314**	**791**	**8.133**	**14.301**	**780**
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	-	-	-	-	389	-

[1] Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas e despesas operacionais e IR e CSLL.

[2] Trata-se de acordo entre S3 Caceis e o Banco Santander.

c) Provisões, Passivos Contingentes e Outras Provisões

A S3 Caceis é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações da S3 Caceis, com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A S3 Caceis tem como procedimento provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação está classificada como perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os principais processos judiciais e administrativos com risco provável, fiscais e previdenciários, estão descritos a seguir:

PIS e Cofins - A S3 Caceis ajuizou medida judicial visando afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas, que antes da referida norma, eram tributadas pelo PIS e Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e vendas de mercadorias.

Em 2023, o STF decidiu o Tema 372 por meio de Repercussão Geral, e acolheu parcialmente o recurso da União Federal fixando a tese de que incide o PIS/COFINS sobre as receitas operacionais decorrentes das atividades típicas das instituições financeiras, de forma a terem sido constituídas as respectivas obrigações de PIS e COFINS. O Banco Santander é responsável pelo montante envolvido nesse processo como ex-controlador da Companhia. Em 30 de junho de 2026, o montante envolvido é de R$4.464.

Adicionalmente, em 12 de agosto de 2026, a Companhia recebeu Auto de Infração relacionado a essa matéria, cujo valor atualizado perfaz aproximadamente R$ 30 milhões, correspondendo a R$ 4.240 milhões de PIS e R$ 26.094 milhões de COFINS, incluindo os encargos legais aplicáveis. A Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, está avaliando os efeitos da autuação e as medidas de defesa cabíveis.

Desmutualização de Ações - R$510, visa a não incidência do IRPJ e da CSLL dos valores correspondentes à atualização dos títulos patrimoniais convertidos em ações, visto que não representa acréscimo patrimonial, mas de mera permuta.

d) Passivos Contingentes Classificados com Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente. As ações com classificação de natureza fiscal e trabalhista de perda possível, totalizaram em R$ 6.269 e R$ 643, respectivamente, em 30 de junho de 2026, sendo, principalmente:

Cofins - Discussão judicial para anular auto de infração lavrado pela Receita Federal, pretendendo a exigência de PIS e Cofins sobre receitas que não decorrem da atividade preponderante da empresa, contrariando assim o novo texto legal trazido pela Lei Federal nº 12.973/2014. Em 30 de junho de 2026, o valor relacionado a esse processo era de aproximadamente R$2.834.

14. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 30 de junho de 2026, o capital social subscrito e integralizado é composto por 1.740 mil ações ordinárias nominativas escriturais sem valor nominal.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 1% sobre o lucro líquido ajustado na forma da legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas.

Para o semestre em 30 de junho de 2026, não houve deliberação e pagamento de Juros sobre Capital Próprio.

		30/06/2026
	Em Milhares de Reais Bruto	**Reais por Ação Bruto**
Dividendos Intermediários [1]	397.760	0,233133
Dividendos Intercalares [1]	137.496	0,078999
Total	**535.256**	**0,30762**

[1] Deliberados pelos acionistas em 30 de dezembro de 2025, pagamento parcial em 2025 de R$ 8.000, com saldo remanescente a liquidar em 2026.

c) Reservas de Lucros

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

d) Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

e) Reservas Estatutárias

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, foram destinados 50% para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da S3 Caceis e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

15. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da S3 Caceis realizada em 30 de Abril de 2026, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos membros da Diretoria para o ano de 2026, em até R$ 18.000.

i. Benefícios de Longo Prazo

A S3 Caceis, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander e Grupo Caceis, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base no atingimento de metas.

ii. Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários dos Administradores:

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Remuneração Fixa	2.820	2.669
Remuneração Variável - em espécie	1.342	1.337
Remuneração Variável - em ações	1.257	1.265
Outras	219	211
Total dos Benefícios de Curto Prazo	**5.638**	**5.482**
Remuneração Variável - em espécie	1.310	1.150
Remuneração Variável - em ações	1.254	1.108
Total dos Benefícios de Longo Prazo	**2.564**	**2.258**

Adicionalmente, em 30 de junho de 2026, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R$ 860 (em 30 de junho de 2025 - R$ 814).

iii. Rescisão de Contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

b) Participação Acionária

A S3 Caceis é controlada pela S3 Caceis Participações que possui participação acionária de 1.740 mil ações, equivalentes a 100,00% do seu capital social.

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são, conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2026	**31/12/2025**	**01/01 a 30/06/2026**	**01/01 a 30/06/2025**
Disponibilidades	**856**	**106.928**	**-**	**-**
Banco Santander (Brasil) S.A. [1]	856	106.928	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**2.114.198**	**932.999**	**92.127**	**65.298**
Banco Santander (Brasil) S.A. [1]	2.114.198	932.999	92.127	65.298
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	**16.827**	**15.844**	**14.002**	**34.284**
Banco Santander (Brasil) S.A. [1]	16.827	15.844	14.002	34.284
Dividendos e Bonificações a Pagar	**(535.256)**	**-**	**-**	**-**
Santander Caceis Participações S.A.	(535.256)	(535.256)	-	-
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	**(5.013)**	**(3.565)**	**(8.297)**	**(11.383)**
Banco Santander (Brasil) S.A. [1] (Nota 18)	-	-	(3.947)	(7.710)
Aquanima Brasil Ltda. [2]	-	-	-	(188)
Universia Brasil S.A. [2]	-	-	(60)	(58)
F1rst Tecnologia e Inovação Ltda. [2]	(5.013)	(3.565)	(4.290)	(3.427)
Outras Obrigações Diversas	**5.456**	**10.063**	**(8.202)**	**(12.749)**
Pessoal Chave da Administração	-	-	(8.202)	(12.749)
Banco Santander (Espanha) S.A.	5.013	9.358	-	-
Banco Santander (México), S.A.	443	705	-	-

[1] Controlada diretamente pelo Banco Santander Espanha.

[2] Controlada indiretamente pelo Banco Santander Espanha.

16. Receitas de Prestações de Serviços

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Rendas de Administração de Fundos de Investimentos	165.363	165.866
Rendas de Serviços de Custódia	67.454	63.194
Outras Rendas de Serviços	14.282	18.584
Total	**247.099**	**247.644**

17. Despesas de Pessoal

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Remuneração	(29.205)	(27.061)
Encargos	(8.928)	(7.952)
Benefícios	(5.026)	(5.022)
Treinamento	(502)	(172)
Outras	(568)	(514)
Total	**(44.229)**	**(40.721)**

18. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Depreciações e Amortizações	(28.025)	(39.297)
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(6.288)	(6.442)
Serviços do Sistema Financeiro	(5.540)	(1.665)
Processamento de Dados	(36.286)	(28.469)
Convênio Operacional - Banco Santander (Nota 15.c)	(3.947)	(3.175)
Transporte e Viagens	(415)	(518)
Comunicações	(877)	(988)
Despesas com Seguros	(192)	(200)
Outras	(1.230)	(324)
Total	**(82.800)**	**(81.078)**

19. Outras Receitas (Despesas) Operacionais

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Atualização de Depósitos Judiciais	58	49
Provisão para Contingências (Líquidas de Reversão) (Nota 13.b)	(785)	104
Atualização de Impostos a Compensar	569	221
Recuperação de Encargos e Despesas	3.671	-
Reversão (provisões) Operacionais	46	(165)
Atualização Monetária (Nota 13.b)	(465)	(376)
Despesas de Atualização de Impostos	(1.439)	(1.069)
Despesas com Auditoria e Guarda de Lastros	(220)	(201)
Certificado de Serviços de Custódia	(170)	(340)
Comissões	(4.424)	(5.928)
Outras	637	(20)
Total	**(2.522)**	**(7.725)**

20. Plano de Benefícios a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego

a) Plano de Aposentadoria Complementar

A S3 Caceis patrocina entidades fechadas de previdência complementar e caixas assistenciais, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

I) Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Entidade fechada de previdência complementar que administrava três planos de benefícios, dois na modalidade de Benefício Definido e um na modalidade de Contribuição Variável, cujo processo de transferência de gerenciamento destes planos para a Banesprev ocorreu em janeiro de 2017. Conforme Portaria 389 da PREVIC, de 8 de maio de 2018, foi aprovado o encerramento da autorização de funcionamento da Sanprev.

Os valores apropriados nos períodos findos em 30 de junho de 2026 em despesas de pessoal referente ao plano foram de R$653.

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

		Banesprev
	30/06/2026	**31/12/2025**
Conciliação dos Ativos e Passivos		
Valor Presente das Obrigações Atuariais	833	834
Valor Justo dos Ativos do Plano	3.885	3.738
Sendo:		
Superávit	3.052	2.905
Valor não Reconhecido como Ativo	313	1.225
Ativo Atuarial Líquido em 31 de dezembro	(2.739)	(1.680)
Receita (Despesas) Reconhecidas	(86)	302
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	579	(394)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos	147	(321)

Principais Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

- Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial: 10,65%;
- Taxa estimada de inflação no longo prazo: 3,00%;
- Taxa estimada de aumento nominal dos salários: 3,52%;
- Tábua biométrica de mortalidade geral: AT2000.

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

		Banesprev
	30/06/2026	**31/12/2025**
Experiência do Plano	46	58
Mudanças em Hipóteses Financeiras	-	4
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	**46**	**62**
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(50)	(746)
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	**(50)**	**(746)**
Mudança no Superávit irrecuperável	**977**	**(857)**

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais em 30 de junho de 2026.

	Duração (em Anos)	
	30/06/2026	**31/12/2025**
Sanprev II	6,88	6,88

b) Remuneração com Base em Ações

A S3 Caceis possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva.

Coletivo Identificado - Diretores Estatutários e responsáveis das áreas de controle. Da remuneração variável destes executivos, uma parcela é diferida e paga 50% em dinheiro, indexado a 100% do CDI, e 50% em ações (Units SANB11). No primeiro semestre de 2026, foram registradas despesas no valor de R$440 referente a provisão do plano de diferimento em ações e foram registradas despesas com a oscilação do valor de mercado da ação do plano no valor de R$(522) como despesas de pessoal.

Demais Funcionários - Funcionários de nível de Superintendência e demais funcionários com valor de remuneração variável acima de um valor mínimo estabelecido. O valor será pago 50% em dinheiro e 50% em ações (Units SANB11). Em 30 de junho de 2026, não foram registradas despesas.

21. Outras Informações

Fundos de investimentos sob gestão e patrimônio líquido administrados

Em 30 de junho de 2026, não há valor de patrimônio líquido dos fundos de investimentos sob gestão e o total do patrimônio líquido de investimentos administrados é de R$ 154.221.691 (em 31 de dezembro de 2025 - sob gestão R$ 25.877 e administrado R$ 167.225.553).

Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

Para os exercícios findos em 30 de junho de 2026, não houve resultados não recorrentes.

22. Eventos Subsequentes

Mudança de Controle Acionário

Em 28 de julho de 2026, a State Street Corporation anunciou a celebração de acordo para aquisição da operação Santander CACEIS Latam Securities Services, incluindo a participação societária de 100% do capital social da S3 Caceis Brasil Participações S.A. e indiretamente, 100% do capital social da S3 Caceis Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

A conclusão da operação permanece condicionada ao atendimento das condições precedentes estabelecidas no contrato e à obtenção das aprovações regulatórias e societárias aplicáveis.

Dessa forma, até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, a operação não havia sido concluída, não tendo gerado efeitos patrimoniais, financeiros ou operacionais para a Companhia.

Recebimento de Auto de Infração Fiscal

Em 12 de agosto de 2026, a S3 Caceis foi notificada de Auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil relacionado à constituição de crédito tributário de PIS e COFINS decorrentes da interpretação da Receita Federal sobre a tributação de Receitas que não decorrem da atividade objeto/principal da S3 Caceis. O crédito tributário lançado totaliza, aproximadamente, R$ 30.335 milhões, sendo R$ 4.240 milhões referentes ao PIS e R$ 26.094 milhões referentes à COFINS nos períodos relativos a de 2022 a 2024.

A Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos externos, avaliou como risco possível e estão implementando as medidas cabíveis para sua contestação na esfera administrativa e/ou judicial.

COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Presidente
Carlos Rodriguez de Robles Arienza

Conselheiros
Alessandro Tomao
Eric Pierre Derobert
Fabio Hideo Massuda
Joaquín Alfaro Garcia

Diretoria Executiva

Presidente
Joaquín Alfaro Garcia

Diretores
Andreia Rumi Nakamura
Ângela Amodeo
Fabio Ribeiro
Rafael Guazzelli Ferme

Contador
Adan Bruno Camilo Conceição - CRC Nº 1SP - 273311/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

S3 Caceis Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da S3 Caceis Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2026

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcos Manoel Leite
Contador CRC 1SP208338/O-0

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 28/08/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/08/28/CACEISBRDTVM1590743428082026.pdf

Hash:17878651217a572621c87e4168aa0d40125b6174f0